

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção "Governança Corporativa", "Políticas".

- a) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos de Compliance / Regulamentar;
- Riscos de Tecnologia da Informação e Cyber Security;
- Riscos Operacionais;
- Risco de Imagem.

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Fixação de Objetivos

Consiste da definição e documentação dos objetivos e metas da gestão de riscos com base na estratégia de gestão de riscos e no plano estratégico da Companhia, deixando claros ao menos os objetivos e metas (1) estratégicas, (2) financeiras, (3) de abordagem aos clientes, (4) operacionais, (5) objetivos de aprendizado e desenvolvimento contínuo, (6) de comunicação interna e externa e (7) de conformidade.

(2) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(3) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(4) Respostas (tratamento) aos Riscos

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(5) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(6) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(7) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, auto avaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela área de Gestão de Riscos e Compliance ("Diretoria de Risco e Compliance"), a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração e relaciona-se também com o competente comitê de assessoramento do Conselho, que é o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, sendo dirigida por um Diretor de Riscos e Compliance. A área de Gestão de Riscos e Compliance atua de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Riscos e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenadores, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

b) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação dos mesmos sempre que necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a) Formalização de política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma política de gestão de riscos aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 5.1 deste Formulário. A política traz os riscos categorizados de acordo com suas classificações e, dentre estas, estão incluídos os riscos de mercados.

A Política de Gerenciamento de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Objetivos, estratégias e instrumentos da política de gerenciamento de riscos de mercado**I. riscos para os quais se busca proteção**

Os administradores, como forma de buscar proteção contra mudanças no comportamento das taxas de juros, a variação cambial, de empréstimos e financiamentos contratados tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira e subordinados a taxas de juros vinculadas ao CDI, contrataram operações de swap para os empréstimos atrelados ao dólar a fim de garantir total segurança em relação à exposição cambial. Adotamos práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos avaliados pela Diretoria, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de nossos instrumentos financeiros expostos aos riscos. Essas práticas consistem, no âmbito da estrutura de gerenciamento de riscos, em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Adicionalmente, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscar proteção especial para qualquer outro tipo de risco. Além disso, nós e nossas controladas não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evitamos assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das nossas disponibilidades indexadas à variação do CDI. Para mais informações sobre nosso endividamento, vide itens 3.7, 3.8 e 10.1 deste Formulário de Referência.

II. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

III. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

IV. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Buscamos gerir nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posição de caixa mínimo. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados à variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado***V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos***

A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo. Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos.

VI. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração da Companhia, nos termos da política de gerenciamento de riscos, avalia continuamente os efeitos da exposição da taxa de juros sobre seus ativos e passivos, e quando avalia necessário realiza a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Tal monitoramento e avaliação são realizados pela Diretoria Financeira da Companhia e acompanhados pela Gerente de Gestão de Riscos e Compliance, integrante da Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, a qual é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme mencionado na seção 5.1, a Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. A Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos eficientemente adequados sobre os relatórios financeiros, capazes de detectar e corrigir os erros relevantes.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação, sendo assessoradas por uma área de projetos que utiliza metodologias LEAN de melhorias de processos e controles. As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual estão subordinadas a área contábil e o planejamento financeiro. Como parte da área de Gestão de Riscos e Compliance, a Companhia possui ainda a área de Auditoria Interna, responsável pela validação dos controles internos da Companhia, a qual é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e também reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos através de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Conselho Fiscal da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Companhia sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Na avaliação da Administração da Companhia e dos auditores, estas melhorias não configuram deficiências significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.***

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Ética e Conduta, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

A Companhia possui canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance em conjunto com o Gestão de Pessoas e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética, órgão composto por representantes seniores indicados pelas áreas de Vice Presidência de Pessoas, Diretoria Jurídica, Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência Financeira e Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance. Os riscos, políticas, práticas de integridade, as apurações realizadas e as decisões tomadas são avaliados anualmente e reportadas ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas neste monitoramento o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance e a Comissão de Ética.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado a este órgão temos ainda a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance que é responsável pela Auditoria Interna que age no sentido de operacionalizar, como última linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas.

Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

A Comissão de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos previstos no Código de Ética da Companhia, em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam os negócios da Companhia, bem como suas políticas e procedimentos internos.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é definida pela área de gestão de pessoas da companhia. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, podendo ser acessados a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013. O Código de Conduta e Ética da companhia pode ser acessado no site institucional e também no site do canal de conduta, nos links abaixo (respectivamente):

<http://ri.animaeducacao.com.br/>

<https://contatoseguro.com.br/anima>

(b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa Contato Seguro), que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://contatoseguro.com.br/anima>.

O canal de denúncias está aberto para recebimento de casos internos e externos, incluindo: colaboradores, professores, alunos, fornecedores etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciante de boa-fé, o sistema não permite a identificação nem por IP (*Internet Protocol*).

Todas as denúncias são investigadas pela área de Compliance da Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance da Companhia, com suporte das áreas de Gestão de Pessoas, muitas vezes envolvendo também as áreas de Tecnologia da Informação, Vice-Presidência Acadêmica e o Departamento Jurídico.

Eventualmente, quando necessário outros setores da Companhia também são acionados, sempre resguardando o sigilo sobre a investigação e as pessoas envolvidas.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para prevenir a responsabilização por atos lesivos praticados por outra empresa com a qual estejamos envolvidos em decorrência de eventuais processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, realizamos uma diligência prévia (por intermédio de verificações de documentos, e de pesquisas em bases de dados públicas e na internet) para verificar se a outra empresa esteve ou está implicada em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Quando necessário, empresas terceiras são contratadas para auxiliar nesse processo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas da Companhia, principalmente na relação com a administração pública. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que a Companhia adota uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social houve alteração significativa em alguns dos principais riscos a que estamos expostos. As alterações e as principais medidas tomadas pela Companhia a fim de minimizar a exposição aos riscos recentemente elevados, estão descritas a seguir.

Pandemia da COVID-19

Entendemos que o setor educacional foi amplamente afetado, elevando a exposição aos riscos em que estão inseridos. Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional. A percepção sobre a exposição a este risco aumentou com a COVID-19, mas, ao mesmo tempo, entendemos estar bem preparados para essas novas mudanças que se aceleraram.

Os desafios do momento que atravessamos podem ainda ter uma dimensão não determinada, pelas incertezas inerentes ao cenário do contágio e seus efeitos na economia mundial. Contudo, os riscos estão detalhadamente mapeados, os indicadores de interferência estão sendo monitorados intensivamente, os possíveis cenários têm sido traçados e as decisões estratégicas necessárias estão sendo tomadas dentro de uma estrutura de governança que construímos nos últimos anos.

Com a evolução do contágio da COVID-19 no mundo a Companhia decidiu, em 27 de fevereiro de 2020, iniciar os preparativos para ter todas as atividades, docentes e administrativas, em ambiente virtual, bem como criar um Comitê de Emergência, denominado Comitê de Prevenção e Cuidados, para tratar especificamente do assunto, que desde então, vem funcionando em tempo integral, monitorando os acontecimentos epidemiológicos e científicos para fornecer dados e apoiar as decisões da administração da Companhia no estabelecimento dos protocolos de ação.

O tema se tornou pauta fixa no Comitê Executivo, que, a partir dos dados fornecidos, tem trabalhado com as diversas possibilidades de cenários.

Paralelamente às medidas de prevenção e cuidado, também tem sido central em nossas discussões o retorno de nossas atividades. Já temos pronto e aprovado um protocolo de retorno escalonado de atividades presenciais, cuja definição de data segue as orientações das autoridades públicas dos locais onde estão nossas operações.

Neste contexto, para lidar com o cenário da pandemia temos trabalhado em 4 principais eixos: (i) Pessoas; (ii) Experiência Acadêmica; (iii) Resultados e Estrutura de Capital; e (iv) Sociedade.

Pessoas

No eixo Pessoas, que diz respeito tanto a alunos e alunas quanto educadores e educadoras, desde o princípio a premissa adotada foi a de manter o maior número possível de pessoas ativas, em segurança e com a saúde preservada. Entendemos ser primordial, nesse momento de isolamento social, a continuidade das atividades intelectuais, inclusive como forma de contribuir com a saúde de toda nossa comunidade.

No dia 27 de fevereiro de 2020, iniciamos comunicações diárias com educadores e estudantes, em reuniões, palestras e podcasts de orientação sobre medidas de autocuidado e higiene; adequada utilização de EPIs; uso de álcool gel; orientação para cuidado de infectados por COVID-19; e elaboração de fluxos para informes diários com atualização das informações.

Em 6 de março de 2020, demos início às providências a serem adotadas diante da potencial ocorrência de casos de COVID-19 com educadores e alunos, sob supervisão de professores médicos com a elaboração de relatórios técnicos com (a) situação epidemiológica e (b) recomendações atualizadas. Criamos um grupo no nosso sistema de comunicação interno, o Workplace, com acesso para todos os nossos colaboradores, para inserção e acompanhamento da trajetória e das comunicações relacionadas ao Comitê de Prevenção e Cuidados.

Em 9 de março de 2020, todos os protocolos de conduta diante de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 já estavam definidos e aprovados por nossa administração e passaram a ser amplamente divulgados em todas as nossas unidades dos 7 Estados.

No dia 12 de março de 2020, diante da evolução verificada dos efeitos da pandemia no país, migramos todos os integrantes dos grupos de vulnerabilidade (conforme definido pela Organização Mundial de Saúde) para atividades em home office e estudos por plataformas digitais. Já no dia seguinte, iniciamos a migração de todos os nossos alunos e todos os nossos educadores para o ambiente virtual.

Passamos a operar, em 20 de março de 2020, em ambiente 100% virtual, com exceção apenas das equipes de segurança e manutenção, que continuaram a trabalhar presencialmente em regime de escala, para garantir a integridade das nossas instalações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Ao mesmo tempo que tomamos essa decisão, iniciamos diversos preparos para o cuidado das pessoas no período de isolamento social, especialmente no que diz respeito aos aspectos psicológicos que a quarentena influencia. Assim, alguns dias depois do início das medidas de isolamento, começamos as atividades voltadas à saúde mental de nossa comunidade, com lives, vídeos, webinars e atividades diárias em vários horários, como Meditação, Kundalini Yoga, Aikido, entre outros.

A partir dos resultados positivos dessa experiência, estamos em fase de revisão de nossa política de home office para garantir a melhor eficiência e qualidade de nossas atividades e da rotina de nossos educadores, com sustentabilidade e entendendo que em diversos aspectos, a realidade de nossas atuações poderá mudar de forma definitiva.

Experiência Acadêmica

Podemos afirmar que nosso modelo acadêmico híbrido (Ecossistema Ânima de Aprendizagem - E2A) foi um importante diferencial nessa crise e converteu o que era uma tendência em realidade. Por termos implementado o E2A há mais de quatro anos, já contávamos com materiais e professores devidamente preparados em todas as disciplinas de todos os nossos cursos.

A partir do dia 29 de março, iniciamos um grande esforço de mobilização e preparação que nos possibilitou estarmos prontos para começar um grande trabalho de adaptação do cenário de aprendizagem para todos os nossos alunos. Seguindo nossos padrões de qualidade, o E2A nos permitiu que, a partir do dia 20 de março, 100% da nossa base de cerca de 140 mil alunos (que já inclui os alunos do Unicuritiba e da Unisul) vivesse sua experiência acadêmica a partir de suas casas, em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos.

Como resultado das medidas de isolamento impostas, vimos as instituições de ensino se dividirem em três perfis distintos: (i) as que mudaram o cenário de aprendizagem com qualidade, como nós; (ii) aquelas que mudaram a modalidade de ensino para o EAD impactando muito a experiência dos alunos e que tem enfrentado problemas com essa alternativa; e (iii) as que, por falta de ferramentas, simplesmente descontinuaram a prestação de serviço educacional.

Nosso cenário, com as mudanças decorrentes da pandemia da COVID-19, não se confunde com o denominado Ensino à Distância – EAD, em que, por definição da própria norma, profissionais da educação e alunos estão em lugares e tempos diferentes, ou seja, significa um modelo assíncrono de ensino. Nossos alunos estão vivendo a experiência digital junto com seus professores habituais, através de salas de aula virtuais, onde o ambiente oferecido é de simultaneidade, ao vivo, em locais diferentes para proteção de toda a sociedade nesse momento que enfrentamos.

Para o ciclo de captação do segundo semestre de 2020, lançamos o vestibular online e oferecemos aulas experimentais para “degustação” da Experiência Ânima para milhares de candidatos. Iniciativas de apresentar nossos cursos e campi não são novidade, mas o ambiente virtual nos proporcionou oferecer essa experiência em maior escala, aproveitando as ferramentas já empregadas nas aulas.

Resultados e Estrutura de Capital

No eixo Resultados e Estrutura de Capital, pautados em nosso 7º Princípio (o resultado é o meio para se construir o futuro), temos dedicado esforços no monitoramento intensivo dos nossos principais indicadores de negócio, com especial atenção no desenho de iniciativas que minimizem os impactos da COVID-19 na nossa base de alunos (captação e evasão) e no nosso resultado financeiro (inadimplência/PDD).

No âmbito da estrutura de capital, iniciamos o ano de 2020 preparados para superarmos, com resiliência, o atual momento. Realizamos uma oferta pública restrita primária de ações em janeiro de 2020, em que captamos R\$ 1,1 bilhão; e, adicionalmente, anunciamos a assinatura de um contrato de empréstimo de R\$ 450 milhões com o International Finance Corporation – IFC, indexado ao CDI, com 3 anos de carência e prazo total de 8 anos, melhorando ainda mais o perfil de nossa dívida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No que diz respeito a potenciais pressões em inadimplência que o cenário de aumento de desemprego em virtude da crise atual pode causar, adotamos algumas medidas preventivas, entre as quais destacamos:

- Firmamos uma parceria com a Mapfre Seguros para, em 2020, oferecer a todos os nossos estudantes, sem qualquer custo adicional para eles, um seguro educacional que, em casos de perda de renda decorrente da perda involuntária de emprego ou incapacidade física total temporária por doença ou acidente do responsável financeiro, poderá garantir o pagamento de até 3 mensalidades. Em caso de falecimentos do responsável financeiro, a garantia se estenderá para até 12 mensalidades.
- Estabelecemos, em virtude da nossa forte parceria com o Pravalier, novas alternativas para alunos com bom rendimento acadêmico, com financiamentos de 50% a 75%, com risco compartilhado, onde assumimos o primeiro ano e o Pravalier os anos seguintes.
- Antecipamos e intensificamos o programa “Decola”, que consiste na negociação de mensalidades atrasadas, com a flexibilização de multas e juros de atraso e melhor equacionamento dos pagamentos com foco na permanência dos alunos e continuidade de seus estudos especialmente nesse momento de incerteza e insegurança com o cenário econômico e de emprego do país.

Já em relação aos potenciais riscos nos nossos processos de captação e na permanência de nossos alunos, estruturamos uma base de dados específica para registro desse momento tão rico em informações e oportunidades. Entre outros registros, nosso Núcleo de Avaliação e Indicadores - NAVI, desenvolveu:

- um Relatório Diário de Evasão & Abandono que adiciona aos preditivos de evasão com os quais já trabalhamos, um cenário específico considerando os possíveis efeitos da Covid-19, relacionando-os com outras variáveis, tais como, o engajamento dos alunos nas plataformas virtuais, a impontualidade no pagamento dos boletos e o efeito da evasão de determinados alunos no seu grupo de influência.
- um Dashboard de Engajamento, com objetivo de acompanhar a utilização das plataformas digitais por todos nossos estudantes, possibilitando traçar planos de ação segmentados por público.

Esses dados, entre outros, passaram a ser disponibilizados online através do BI da Companhia e tem servido para subsidiar as tomadas de decisão estratégicas, táticas e operacionais de forma ágil.

Os desafios do momento que atravessamos podem ainda ter uma dimensão não determinada, pelas incertezas inerentes ao cenário do contágio. Contudo, a Companhia busca mapear estes riscos, monitorar os indicadores que apontem impactos causados pela pandemia, para basear suas decisões estratégicas.

Companhia

Cientes da responsabilidade de uma empresa de educação em um cenário de crise, em 20 de março, iniciamos uma campanha que chamamos de o “Conhecimento Não pode Parar”, através da qual oferecemos a as instituições de ensino, públicas e privadas brasileiras, o Ecossistema Anima, cujo objetivo é oferecer ferramentas para que continuem seus processos coeducativos, sem interrupção.

Integramos, ainda, diversas ações sociais no combate à COVID-19, como a doação de EPIs em nossos campi no Estado de Santa Catarina.

O Ânima Lab, nosso espaço maker, projetado para ser um ambiente de inovação integrado à comunidade, contribuiu na produção e confecção de máscaras tipo face shield e máscaras de tecido para distribuição à população em geral.

Em parceria com a empresa CEC BRA, de Jaraguá do Sul, reforçamos a produção de robôs “modelo China”, para higienização de ambientes hospitalares.

Desenvolvemos um aplicativo para gerenciamento de agenda e suporte psicológico a voluntários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Na Regional Sul, alunos e alunas da UniSociesc estão participando como voluntários na frente de combate ao COVID-19, atuando na triagem de pacientes na cidade de Joinville, sempre seguindo todas as orientações e protegidos com EPIs.

Na Cidade de Cubatão, alunos e alunas da Faculdade de Medicina da Universidade São Judas voluntariaram-se para atuar no combate à pandemia, sendo parte deles diretamente em campo e parte na retaguarda, tudo dentro de uma parceria com a Prefeitura de Cubatão através de convênio com o Ministério da Saúde.

Finalmente, fomos uma das empresas a assinar o manifesto “Não Demita”, iniciativa que conseguiu agregar mais de 4 mil empresas brasileiras que, cientes de sua responsabilidade social neste momento crítico do país, comprometeram-se a manter seus quadros de funcionários durante os meses de abril e maio.

LGPD

A Companhia iniciou projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD” (Lei Federal nº 13.709/18) com o auxílio e consultoria de escritório de advocacia referência na atuação relacionada a Direito e Tecnologia. O projeto teve início em janeiro de 2020 com conclusão prevista para novembro do mesmo ano. Concomitantemente ao projeto de adequação em LGPD, a Companhia conta, atualmente, com o serviço de “DPO as a Service”, do mesmo escritório, que auxilia neste projeto, juntamente à DPO (*Data Protection Officer*).

A Companhia realizou o mapeamento de atividades de tratamento de dados e, com base no inventário de dados realizado, adequou instrumentos jurídicos internos e publicou sua Política Corporativa de Privacidade, bem como Aviso Interno de Privacidade (direcionado aos colaboradores) e Aviso Externo de Privacidade (direcionado ao público em geral), documentos estes que tratam das normas e condutas relativas à proteção de dados.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 11 de agosto de 2020, a Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. A política tem como objetivo apresentar as regras aplicáveis para o tratamento de dados pessoais, em atenção às disposições da LGPD, bem como organizar todos os pontos necessários para a construção de um Programa de Privacidade – Gestão e Governança que garanta a conformidade com a referida legislação.

Além disso, a Companhia conta hoje com software de automação no fluxo de solicitação de direitos do titular dos dados (*Data Subject Request*) e gestão do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados, que é uma plataforma norte-americana que contém os módulos de *Data Mapping* e *Data Discovery*, automação na resposta aos pedidos dos titulares, gestão da privacidade e proteção de dados das áreas de negócio e dos fornecedores, gestão universal de consentimento e orquestração de workflow. Por fim, a Companhia iniciou os trabalhos da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados interna, em que são discutidas, de forma colegiada, análises de atividades de tratamento de dados que possam gerar médio e alto risco para os negócios da Anima.

A LGPD entrou em vigência no mês de setembro de 2020, entretanto, a Lei nº 14.010/20 adiou a vigência das sanções previstas na LGPD para agosto de 2021. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(em milhões de Reais)					
Receita bruta consolidada	2.016,2	1.593,6	2.163,4	1.855,3	1.637,9
EBITDA ¹	215,2	201,2	243,1	93,0	137,6
EBITDA Ajustado ²	310,5	232,3	292,8	169,9	173,9
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 ³	229,6	165,4	202,0	n/a	n/a
Margem EBITDA Ajustada ⁴	29,7%	27,0%	24,8%	15,4%	15,8%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado sem os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁴ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.593,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para R\$2.016,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando um crescimento de 26,5%. Nosso EBITDA Ajustado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$310,5 milhões (margem EBITDA Ajustada de 29,7%) versus R\$232,3 milhões (margem EBITDA Ajustada de 27,0%) no mesmo período do ano anterior.

Com relação aos exercícios sociais anteriores, nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.855,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.163,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 16,6%. Nosso EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$292,8 milhões (margem EBITDA Ajustada de 24,8%) versus R\$169,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,4%) no mesmo período do ano anterior, um aumento impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16 em 2019. A nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.637,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.855,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 13,3%. Nosso EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 caiu 2,4%, passando de R\$173,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,8%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$169,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,4%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 30 de setembro de 2020 era R\$866,7 milhões, em razão da elevação das aplicações financeiras em decorrência do aumento de capital ocorrido no início de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, nosso capital de giro operacional era R\$116,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$176,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017 R\$170,9 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
(em milhões de Reais)				
Dívida Líquida ¹	(112,8)	(505,5)	208,6	167,5
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ²	540,6	653,4	n.a	n.a
Liquidez corrente ³	3,0	1,3	1,8	1,9
Índice de endividamento ⁴	0,6	0,7	0,5	0,5
Rentabilidade ⁵	(0,7)%	(0,8)%	0,2%	8,1%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

³ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente às suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁴ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 30 de setembro de 2020 era composta de 45% de capital próprio e 55% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital próprio		(em R\$ milhões)		
Capital Social	1.651,6	531,4	496,4	496,4
Gastos com emissão de ações	(79,4)	(28,6)	-	-
Reservas de capital	34,8	34,3	5,9	6,6
Ágio em transações de capital	(69,6)	(69,6)	(69,6)	(69,6)
Ações em tesouraria	(38,2)	(10,0)	(15,6)	(14,2)
Reservas de lucros	165,5	232,9	248,1	277,2
Prejuízos acumulados	(8,0)	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	5,7	-	-	-
Patrimônio líquido	1.662,5	690,4	665,2	696,4
Capital de terceiros				
Passivo circulante	442,7	339,9	231,6	221,5
Passivo não circulante	1.597,4	1.369,7	549,6	420,2
Total do passivo	2.040,1	1.709,6	781,2	641,7
Total do passivo e patrimônio líquido	3.702,6	2.400,0	1.446,5	1.338,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$1.662,5 milhões em 30 de setembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$972,1 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$1.120,2 milhões no capital social.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,2 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões no capital social.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

- a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria; e
- b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 30 de setembro de 2020, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$675,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, apresentávamos um endividamento no valor de R\$690,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, apresentávamos um endividamento no valor de R\$ 396,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, apresentávamos um endividamento financeiro no valor de R\$ 275,8 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 30 de setembro de 2020, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 112,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$ 676,9 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$789,8 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados.

	Período de nove meses findo 30 de setembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Dívida Bruta¹	676,9	688,1	394,0	283,4
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(789,8)	(182,6)	(185,4)	(115,9)
Dívida Líquida	(112,8)	505,5	208,6	167,5

¹Todos os empréstimos, financiamentos, debêntures líquidos dos derivativos

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2017 a 2019 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 30 de setembro de 2020, nossa posição de caixa correspondia a R\$789,8 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

				Saldo em 30 de setembro	Saldo em 31 de dezembro de		
Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	2020	2019	2018	2017
Capital de giro	R\$	CDI + 0,95% a 2,20%	2026	19,2	46,7	49,2	66,7
Capital de giro	U\$	USD +2,4%	2020	-	22,5	49,8	66,4
IFC	U\$	CDI+2,2%	2028	88,3	-	-	-
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	88,6	116,0	142,2	142,7
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 1,35%	2024	479,8	505,3	156,6	-
			Total	675,9	690,5	396,8	275,8

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debentures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 24 de agosto de 2015, celebramos em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE870048/1, no valor de moeda estrangeira US\$ 28.089.888,00 (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares americanos), a uma taxa cambial de R\$ 3,5600 perfazendo o total de R\$ 100.000.001,28 (cem milhões e um reais e vinte e oito centavos), a ser pago em 15 parcelas trimestrais, acrescidas dos respectivos encargos. O valor contratado é ajustado multiplicando-o pelo fator de ajuste, que é a taxa/ índice/ moeda estrangeira da data de abertura, dividida pela taxa/ índice/ moeda estrangeira da data efetiva. Os valores são corrigidos a taxa de juros exponencial de 2,40% ao ano, mais CDI. Trimestralmente, a partir da data de contratação, os juros são amortizados. O valor do principal é amortizado trimestralmente sendo que a primeira parcela venceu em 01 de março de 2017.

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI.

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor do referido financiamento era de R\$88, 3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC		10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	IFC		10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a. Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco		29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú		21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2020, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018		2017	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	97,1	14,4	172,3	25,0	296,3	75,0	110,9	40,0
Obrigações quirografárias	578,8	84,6	518,2	75,0	97,7	25,0	164,9	60,0
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	675,9	100,0	690,5	100,0	396,8	100,0	275,8	100,0

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 30 de setembro de 2020, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2. (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 3,0).
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 2,75 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 0,5)
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,4)

Realizamos uma operação de *follow on* no mês de janeiro de 2020, trazendo – com os recursos captados – no primeiro trimestre de 2020 os índices citados acima para dentro dos parâmetros anteriormente estabelecidos.

✓ Demais Contratos

- EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,2);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 4,0 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,6); e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,2 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,9).

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 30 de setembro de 2020 não possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino. Este segmento respondeu por 96% das receitas do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. A HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Outros Negócios, que representa 4% das receitas no referido período. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada.

No Ensino a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram, R\$241,2 milhões e R\$226,5 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tivemos o valor de R\$226,2 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do PROUNI. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$186,3. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- **Pagamento no prazo** - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- **Captações de alunos** - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- **Convênios com empresas** - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- **Pós graduação** - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- **Parentesco** - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- **Acordos** - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- **Desempenho acadêmico** - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- **Segundo curso** - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- **Devoluções** - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- **Bolsa de estudos** - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita dos Outros Negócios se divide em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company, consultorias tecnológicas à empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 representavam cerca de 41,3% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 49 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 2,1% dos custos totais de nosso segmento de Ensino Superior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 7,3% dos custos apurados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.046,1	100,0%	861,6	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497,1)	(47,5)%	(478,8)	(55,6)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	548,9	52,5%	382,8	44,4%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(445,0)	(42,5)%	(272,3)	(31,6)%
Comerciais	(108,9)	(10,4)%	(76,0)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(243,4)	(23,3)%	(197,6)	(22,9)%
Resultado da equivalência patrimonial	(3,0)	(0,3)%	(1,9)	(0,2)%
Outras (despesas) receitas operacionais	(89,6)	(8,6)%	3,2	0,4%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	104,0	9,9%	110,5	12,8%
Resultado financeiro líquido	(108,6)	(10,4)%	(88,1)	(10,2)%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(4,6)	-0,4%	22,4	2,6%
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,0)	(0,3)%	(3,7)	(0,4)%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(7,6)	(0,7)%	18,7	2,2%
Participação da controladora	(8,1)	-0,01%		
Participação de não controladores	0,5	0,0%		

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 30 de setembro de 2020 no valor de R\$1.046,1 milhões, representando um aumento de 21,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 5,8% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 6,8% na base de alunos da Graduação;
- ii) Aumento médio no Ticket Líquido, que segue a sua trajetória de evolução, resultado de decisões acertadas na estratégia de sua recomposição, através de ferramentas tecnológicas, projetos e iniciativas internos; e de opções igualmente estratégicas em nossas aquisições que resultaram, em conjunto, em um ticket médio líquido melhor do que a tendência reportada no ano anterior;
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da Ages (agosto de 2019), Unicuritiba (fevereiro de 2020), Faseh (maio de 2020) e UniFG (julho de 2020);

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, nossos custos totalizaram R\$497,1 milhões, o que representa um aumento de R\$18,3 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, em virtude do aumento de número de alunos fruto das aquisições realizadas pela Companhia. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 55,6% no período de nove meses findo em 2019 para 47,5% no mesmo período de setembro de 2020. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios), consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$548,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o que representa um aumento de R\$166,1 milhões, em relação ao mesmo período de 2020. Em relação à receita líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 nosso lucro bruto representou 52,5%, um aumento no percentual em relação ao mesmo período de 2019 que representou 44,4%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$108,9 milhões, ou 10,4% sobre a receita líquida, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram R\$76,0 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu principalmente em virtude do aumento da PDD, que segue em níveis mais elevados em virtude do momento desafiador que temos enfrentado ocasionado pela pandemia COVID-19. Seguimos com nossa disciplina na metodologia de cálculo da PDD, que tem capturado o ambiente de risco provocado pelos efeitos da pandemia, com mais visibilidade no segundo semestre de 2020, uma vez que tivemos um bom desempenho no nosso processo de captação de alunos e estamos retornando as aulas presenciais em ambientes rotacionados e de forma faseada.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$243,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o que representa 23,3% da receita líquida. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$197,6 milhões, ou 22,9% da receita líquida. Essa elevação é fruto de centralizações de processos que costumavam acontecer nas unidades, e maior robustez da estrutura corporativa, garantindo assim, maior poder de escalabilidade e maior agilidade nas integrações das aquisições.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$1,9 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um prejuízo de R\$3,0 milhão no mesmo período de 2020, resultado em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$89,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram uma receita de R\$3,2 milhões. Este aumento está relacionado principalmente a provisão para perda de impairment sobre a UGC de outros negócios HSM e também à redução significativa das sublocações neste período devido à pandemia no COVID-19.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$108,6 milhões, ante um resultado negativo de R\$88,1 milhões no mesmo período de 2019.

Essa variação é explicada principalmente pelos juros vinculados à segunda debêntures; pelas comissões e despesas relacionadas a novas operações de crédito destinados a viabilizar nossas recentes aquisições;; pelo aumento do saldo dos títulos a pagar referente às aquisições recentes; pelas despesas de arrendamento, como consequência do IFRS-16; e pelo maior nível de desconto financeiros concedidos aos alunos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,0 milhões, comparado a uma despesa de R\$3,7 milhões no mesmo período de 2019, tal redução está relacionado principalmente por algumas mais valias proveniente de aquisições terem finalizado.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 totalizou um prejuízo de R\$7,6 milhões, ou R\$26,3 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2019, que correspondeu a um lucro líquido de R\$18,7 milhões.

Análise das variações de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.181,5	100,0%	1.102,5	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671,6)	(56,8)%	(707,1)	(64,1)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	509,9	43,2%	395,4	35,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(390,0)	(33,0)%	(356,7)	(32,4)%
Comerciais	(110,0)	(9,3)%	(96,7)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(281,9)	(23,9)%	(259,3)	(23,5)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(2,5)	(0,2)%
Outras receitas operacionais líquidas	4,4	0,4%	1,8	0,2%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119,9	10,2%	38,7	3,5%
Resultado financeiro líquido	(126,3)	(10,7)%	(34,7)	(3,1)%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(6,4)	(0,5)%	4,0	0,4%
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,3)	(0,3)%	(1,7)	(0,2)%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(9,7)	(0,8)%	2,3	0,2%

* A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas. Por estarem impactados pela regra do IFRS-16, os valores de 2019 nesta tabela não são comparáveis com os valores de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$1.181,5 milhões, representando um aumento de 7,2% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 10,3% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 12,2% na base de alunos da Graduação;
- ii) Repasse médio do aumento médio nos custos, especialmente referente à inflação, repassado aos alunos por meio de aumento de mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos; e
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da CESUC (julho de 2018), Faculdade Jangada (julho de 2018), Faced (janeiro de 2019) e AGES (agosto de 2019).

O aumento da receita foi parcialmente compensado por um aumento de nossos descontos médios, concentrados principalmente nas primeiras mensalidades do curso.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossos custos totalizaram R\$671,6 milhões, o que representa uma queda de R\$35,5 milhões, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 64,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 56,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$509,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de R\$114,5 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, tivemos nesse exercício um aumento em relação a 31 de dezembro de 2018, chegando a um Lucro Bruto que representa 43,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2019, comparado a 35,9% em 31 de dezembro de 2018. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$110,0 milhões, ou 9,3% sobre a Receita Líquida, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$96,7 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu em virtude do plano de expansão orgânica, principalmente pela abertura de 8 novas unidades no início de 2019, e de iniciativas de fortalecimentos das nossas marcas, especialmente das regiões de maior competitividade.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa 23,9% da receita líquida. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões, ou 23,5% da receita líquida. Essa evolução está principalmente relacionada à nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas a partir do início de 2019, não havendo outros fatores relevantes que sejam relacionados à referida variação.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, um prejuízo de R\$2,5 milhão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, se manteve em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 essas totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume de multas e juros, fruto de um trabalho preventivo na negociação de débitos em atraso.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$126,3 milhões, ante um resultado negativo de R\$34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação pode ser explicada principalmente pela nova norma contábil referente ao IFRS-16, assim como pelo incremento das despesas de juros com empréstimos decorrente de captações destinadas a viabilizar nossas recentes aquisições.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que tal aumento se explica principalmente em razão do estorno de passivo de IR e CS pela incorporação do imóvel da Sociesc realizada em 2018, reduzindo os valores de 2018 a patamares menores voltando ao curso de despesas normal em 2019.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em razão dos fatores acima evidenciados, em especial o efeito do IFRS-16, que passou a ter impacto no ano de 2019, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou um prejuízo de R\$9,7 milhões, ou R\$12,0 milhões abaixo do valor reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foi um lucro líquido de R\$2,3 milhões.

Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de Dezembro de 2017

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.102,5	100,0%	1.045,7	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(707,1)	(64,1)%	(646,5)	(61,8)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	395,4	35,9%	399,1	38,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(356,7)	(32,4)%	(313,0)	(29,9)%
Comerciais	(96,7)	(8,8)%	(84,2)	(8,1)%
Gerais e administrativas	(259,3)	(23,5)%	(228,2)	(21,8)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(0,4)	0,0%
Outras receitas operacionais líquidas	1,8	0,2%	(0,2)	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	38,7	3,5%	86,2	8,2%
Resultado financeiro líquido	(34,7)	(3,1)%	(37,9)	(3,6)%
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	4,0	0,4%	48,3	4,6%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(1,7)	(0,2)%	36,8	3,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,3	0,2%	85,2	8,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$1.102,5 milhões, representando um aumento de 5,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Passamos a consolidar os resultados referentes às aquisições da CESUS e Jangada, a partir de julho de 2018.
- ii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos;
- iii) Expansão de 9,9% da base de alunos, com destaque para aumento da base de alunos na Graduação de 83.045 alunos em 31 de dezembro de 2017 para 88.406 alunos em 31 de dezembro de 2018;
- iv) Aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial, e pela transferência do custo com agentes financeiros do FIES de 2% do governo para as instituições de ensino superior (IES).

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossos custos totalizaram R\$707,1 milhões, o que representa um acréscimo de R\$60,6 milhões, ou 9,4%, em relação ao mesmo período de 2017. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 61,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 64,1% no mesmo período de 2018. O aumento dos custos decorreu, principalmente, das novas unidades abertas em 2018, da operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e da Faculdade Jangada (em julho de 2018).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um lucro bruto de R\$395,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa uma redução de R\$3,8 milhões, ou 1,0%, em relação ao mesmo período de 2017. Em relação à receita líquida o lucro bruto representou 35,9% da receita líquida em 2018, uma redução quando comparado ao mesmo período de 2017, que representou 38,2% da receita líquida. Apesar dos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico, notamos uma piora em custos de aluguel e ocupação, decorrente principalmente das novas unidades inauguradas no início de 2018 e da revisão contratual das unidades da São Judas (Mooca e Butantã), acordada quando da aquisição em 2014, e de serviços de terceiros, explicado pela decisão de terceirizar os serviços de limpeza e segurança em nossas unidades.

DESPESAS COMERCIAIS

Em 2018 as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$96,7 milhões, ou 8,8% sobre a Receita Líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$84,2 milhões ou 8,1% da receita líquida. O incremento nas despesas de marketing pode ser explicado principalmente pelo nosso posicionamento centrado nas forças das nossas marcas (visando o reposicionamento da marca UNIBH no segmento *premium*) aliado ao nosso plano de expansão orgânica (com a abertura das 7 novas unidades em 2018 e o lançamento de 8 novos *campi* para 2019, foi necessário um incremento de verba de *marketing* para refletir na captação de 2018 e 2019, o que surtiu efeito direto em nossa captação de alunos).

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões em 2018, o que representou um incremento de R\$31,1 milhões comparado com 2017. Com relação à receita líquida, essas despesas representaram 23,5% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e 21,8% no mesmo período de 2017. O aumento decorreu, principalmente, pelas novas unidades abertas em 2018, pela operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e Faculdade Jangada (julho de 2018), além de gastos da abertura dos novos *campi* de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O nosso resultado de equivalência patrimonial passou de um prejuízo de R\$0,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um prejuízo de R\$2,5 milhões no mesmo período de 2018. Esse resultado reflete os resultados da sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras despesas operacionais totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (versus uma despesa de R\$0,2 milhão no mesmo período de 2017). A variação é explicada, principalmente, pelo aumento da receita resultante de sublocação de salas a terceiros.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$34,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$37,9 milhões no mesmo período de 2017. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução das despesas de juros com empréstimos em decorrência de amortizações realizadas, além da queda na taxa básica de juros (SELIC) do Brasil no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$1,7 milhão. No mesmo período de 2017, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$36,8 milhões. Tal variação é explicada, principalmente, por créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais decorrentes de reestruturação societária implementada no quarto trimestre de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**LUCRO LÍQUIDO DE EXERCÍCIO**

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou um lucro líquido de R\$2,3 milhões, ou 97,4% abaixo do valor reportado no mesmo período de 2017. Isso representou uma perda de 7,9pp da margem sobre a Receita Líquida (0,2% em 2018 versus 8,1% em 2017), principalmente pelas despesas de natureza não recorrente reportadas anteriormente.

Análise das variações patrimoniais de 30 de setembro de 2020 comparado com
31 de dezembro de 2019

<i>(Em milhões de Reais</i>	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 30/09/2020 / 31/12/2019
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	84,3	2,3%	31,6	1,3%	167,3%
Aplicações financeiras	705,4	19,1%	151,0	6,3%	367,0%
Contas a receber	318,4	8,6%	213,3	8,9%	49,2%
Adiantamentos diversos	12,9	0,3%	27,8	1,2%	(53,5)%
Direitos a receber por aquisições	173,4	4,7%	21,3	0,9%	713,8%
Outros ativos circulantes	10,2	0,3%	4,4	0,2%	130,0%
Impostos e contribuições a recuperar	4,8	0,1%	4,1	0,2%	17,8 %
Derivativos	-	n.a.	2,4	0,1%	n.a.
Total dos ativos circulantes	1.309,4	35,4%	455,9	19,0%	187,2%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	35,1	0,9%	-	n.a.	n.a.
Depósitos judiciais	62,8	1,7%	61,1	2,5%	2,9%
Direitos a receber por aquisições	113,4	3,1%	100,1	4,2%	13,2%
Créditos com partes relacionadas	10,6	0,3%	9,8	0,4%	7,9%
Impostos e contribuições a recuperar	14,9	0,4%	12,8	0,5%	15,6%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,5	0,0%	1,6	0,1%	(4,4)%
Outros ativos não circulantes	5,0	0,1%	41,1	1,7%	(87,8)%
Imobilizado	372,8	10,1%	367,1	15,3%	1,6%
Direito de uso de arrendamento	604,2	16,3%	531,5	22,1%	(13,7)%
Intangível	1.172,9	31,7%	818,9	34,1%	(43,2)%
Total dos ativos não circulantes	2.393,2	64,6%	1.944,1	81,0%	(23,1)%
TOTAL DOS ATIVOS	3.702,6	100,0%	2.400,0	100,0%	54,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativos Circulantes**

O valor do ativo circulante totalizou R\$1.309,4 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 35,4% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 apresentava um valor de R\$455,9 milhões e representava 19,0% do ativo total. A principal variação se deu pelas aplicações financeiras, que passou de um valor de R\$151,0 milhões em 2019 para R\$705,4 milhões em 30 de setembro de 2020.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$2.393,2 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 64,6% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.944,1 milhões e representava 81,0% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento do ativo intangível no valor de R\$ 354,0 milhões, passando de um saldo de R\$ 818,9 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.172,9 milhões em 30 de setembro de 2020.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	30/09/2019	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 30/09/2020 / 31/12/2019
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	43,1	2,1%	32,0	1,9%	34,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87,9	4,3%	103,4	6,0%	(15,0)%
Arrendamentos a pagar	35,7	1,7%	24,7	1,4%	44,7%
Obrigações sociais e salariais	142,7	7,0%	75,6	4,4%	88,8%
Obrigações tributárias	27,6	1,4%	20,6	1,2%	34,2%
Adiantamentos de clientes	28,1	1,4%	17,0	1,0%	65,5%
Titulos a pagar	64,6	3,2%	65,3	3,8%	(1,1)%
Parcelamento de impostos e contribuições	6,4	0,3%	-	n.a.	n.a.
Derivativos	0,1	0,0%	-	n.a.	n.a.
Outros passivos circulantes	6,4	0,3%	1,3	0,1%	372,2%
Total dos passivos circulantes	442,7	21,7%	339,9	19,9%	30,2%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	588,0	28,8%	587,0	34,3%	0,2%
Arrendamentos a pagar	617,7	30,3%	530,5	31,0%	16,4%
Débitos com partes relacionadas	0,1	0,0%	0,0	0,0%	833,3%
Adiantamentos de clientes	7,8	0,4%	-	n.a.	n.a.
Derivativos	0,9	0,0%	-	n.a.	n.a.
Titulos a pagar	169,2	8,3%	75,2	4,4%	124,9%
Parcelamento de impostos e contribuições	30,7	1,5%	2,6	0,2%	1085,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74,1	3,6%	70,1	4,1%	5,8%
Provisão para perdas em investimentos	2,3	0,1%	2,3	0,1%	0,6%
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104,5	5,1%	98,8	5,8%	5,8%
Outros passivos não circulantes	2,2	0,1%	3,2	0,2%	(30,9)%
Total dos passivos não circulantes	1.597,4	78,3%	1.369,7	80,1%	16,6%
Total dos passivos	2.040,1	100,0%	1.709,6	100,0%	(19,3)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$442,7 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 21,7% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$339,9 milhões, representando 19,9% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido ao aumento dos salários e encargos sociais a pagar no valor de R\$67,1 milhões que passou de um de R\$75,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$142,7 milhões em 30 de setembro de 2020.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.597,4 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 78,3% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.369,7 milhões e representava 80,1% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- a) Aumento dos arrendamentos a pagar no valor de R\$87,1 milhões passando de um saldo de R\$ 530,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 617,7 milhões em 30 de setembro de 2020;
- b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$93,9 milhões passando de um saldo de R\$75,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 169,2 milhões em 30 de setembro de 2020.

(Em milhões de Reais)

	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social Integralizado	1.651,6	44,6%	531,4	22,1%
Gastos com emissão de ações	(79,4)	-2,1%	(28,6)	(1,2)%
Ágio em transação de capital	(69,6)	-1,9%	(69,6)	(2,9)%
Reserva de capital	34,8	0,9%	34,3	1,4%
Ações em tesouraria	(38,2)	-1,0%	(10,0)	(0,4)%
Reserva de lucros	165,5	4,4%	232,9	9,7%
Prejuízos acumulados	(8,0)	-0,2%	-	n.a.
	<u>1.656,8</u>	<u>44,7%</u>	<u>690,4</u>	<u>28,8%</u>
Participação dos acionistas não controladores	5,7	0,2%	-	n.a.
Total do patrimonio líquido	<u>1.662,5</u>	<u>44,9%</u>	<u>690,4</u>	<u>28,8%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS				
	<u>3.702,6</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.400,0</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$1.662,5 milhões em 30 de setembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$972,1 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$1.120,2 milhões referente ao aumento de capital no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/19 / 31/12/2018
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	31,6	1,3%	99,5	6,9%	(68,3)%
Aplicações financeiras	151,0	6,3%	85,9	5,9%	75,8%
Contas a receber	213,3	8,9%	174,1	12,0%	22,6%
Adiantamentos diversos	27,8	1,2%	31,6	2,2%	(12,0)%
Outros ativos circulantes	5,7	0,2%	5,6	0,4%	(20,9)%
Impostos e contribuições a recuperar	4,1	0,2%	9,7	0,7%	(57,7)%
Direitos e empréstimos para aquisições	20,1	0,8%	-	n.a	n.a
Derivativos	2,4	0,1%	1,9	0,1%	29,2%
Total dos ativos circulantes	455,9	19,0%	408,2	28,2%	11,7%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Adiantamentos diversos	-	n.a.	7,2	0,5%	n.a.
Depósitos judiciais	61,1	2,5%	50,3	3,5%	21,3%
Créditos com partes relacionadas	9,8	0,4%	9,5	0,7%	2,9%
Impostos e contribuições a recuperar	12,8	0,5%	12,2	0,8%	5,0%
Derivativos	-	n.a.	0,9	0,1%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Direitos e empréstimos para aquisições	100,1	13,3%	-	n.a.	n.a.
Outros ativos não circulantes	41,1	1,7%	37,3	2,6%	10,1%
Investimentos	-	n.a.	0,2	0,0%	n.a.
Imobilizado	367,1	15,3%	301,8	20,9%	21,6%
Direito de uso de arrendamento	531,5	22,1%	-	n.a.	n.a.
Intangível	818,9	34,1%	617,2	42,7%	32,7%
Total dos ativos não circulantes	1.944,1	81,0%	1.038,3	71,8%	87,2%
TOTAL DOS ATIVOS	2.400,0	100,0%	1.446,5	100,0%	65,9%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$455,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 apresentava um valor de R\$408,2 milhões e representava 28,2% do ativo total. A principal variação se deu pelo Contas a receber, que passou de um valor de R\$174,1 milhões em 2018 para R\$213,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.944,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 81,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$1.038,3 milhões e representava 71,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do direito de uso de arrendamento em função do IFRS-16;

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$201,8 milhões, passando de um saldo de R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/2019 / 31/12/2018
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	32,0	1,9%	31,0	4,0%	3,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	103,4	6,0%	80,5	10,3%	28,4%
Arrendamentos a pagar	24,7	1,4%	—	n.a.	n.a.
Obrigações sociais e salariais	75,6	4,4%	69,5	8,9%	8,7%
Obrigações tributárias	20,6	1,2%	18,8	2,4%	9,4%
Adiantamentos de clientes	17,0	1,0%	16,9	2,2%	n.a.
Títulos a pagar	65,3	3,8%	13,3	1,7%	390,1%
Outros passivos circulantes	1,3	0,1%	1,0	0,1%	40,2%
Total dos passivos circulantes	339,9	19,9%	231,6	29,6%	46,8%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587,0	34,3%	316,3	40,5%	85,6%
Arrendamentos a pagar	530,5	31,0%	—	n.a.	n.a.
Débito com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(10,0)%
Títulos a pagar	75,2	4,4%	85,7	11,0%	(12,3)%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,6	0,2%	2,7	0,3%	(4,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	70,1	4,1%	44,5	5,7%	57,3%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	98,8	5,8%	97,9	12,5%	0,9%
Outros passivos não circulantes	3,2	0,2%	2,5	0,3%	23,8%
Provisão para perdas em investimento	2,3	0,1%	—	-	n.a.
Total dos passivos não circulantes	1.369,7	80,1%	549,6	70,4%	149,2%
TOTAL DOS PASSIVOS	1.709,6	100,0%	781,2	100,0%	118,8%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$339,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,9% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$231,6 milhões, representando 29,6% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

a) Aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 22,9 milhões passando de um saldo de R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 103,4 milhões em 31 de dezembro de 2019;

b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$ 52,0 milhões passando de um saldo de R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 65,3 milhões em 31 de dezembro de 2019;

c) Aumento dos arrendamentos a pagar em função do IFRS-16.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.369,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 80,1% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$549,6 milhões e representava 70,4% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 270,8 milhões passando de um saldo de R\$ 316,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 587,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	531,4	77,0%	496,4	34,3%
Gastos com emissões de ações	(28,6)	(4,1)%	-	n.a.
Reserva de capital	34,3	5,0%	5,9	0,4%
Reserva de lucros	232,9	33,7%	248,1	17,2%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(10,1)%	(69,6)	(4,8)%
Ações em tesouraria	(10,0)	(1,4)%	(15,6)	(1,1)%
Total do patrimônio líquido	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVOS	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.446,5</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,0 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões referente ao aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var.2018 / 2017</u>
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	99,5	6,9%	33,9	2,5%	193,4%
Aplicações financeiras	85,9	5,9%	82,0	6,1%	4,8%
Contas a receber	174,1	12,0%	246,9	18,5%	(29,5)%
Adiantamentos diversos	31,6	2,2%	30,5	2,3%	3,5%
Outros ativos circulantes	5,6	0,4%	7,7	0,6%	(27,4)%
Impostos e contribuições a recuperar	9,7	0,7%	9,0	0,7%	7,5%
Derivativos	1,9	0,1%	-	n.a.	n.a.
Total dos ativos circulantes	408,2	28,2%	410,0	30,6%	(0,4)%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Adiantamentos diversos	7,2	0,5%	11,6	0,9%	37,6%
Depósitos judiciais	50,3	3,5%	47,4	3,5%	6,2%
Créditos com partes relacionadas	9,5	0,7%	0,3	0,0%	2760,1%
Impostos e contribuições a recuperar	12,2	0,8%	16,2	1,2%	(24,2)%
Derivativos	0,9	0,1%	-	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Outros ativos não circulantes	37,3	2,6%	30,0	2,2%	24,3%
Investimentos	0,2	0,0%	2,7	0,2%	(93,3)%
Imobilizado	301,8	20,9%	246,1	18,4%	22,6%
Intangível	617,1	42,7%	572,1	42,7%	7,9%
Total dos ativos não circulantes	1.038,3	71,8%	928,1	69,4%	11,9%
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.446,5</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.338,2</u>	<u>100,0%</u>	<u>8,1%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$408,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 28,2% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 apresentava um valor de R\$410,0 milhões e representava 30,6% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento de R\$65,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixas e redução de R\$72,8 milhões no saldo do contas a receber que passou de um valor de R\$246,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor de R\$ 174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.038,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 71,8% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$928,1 milhões e representava 69,4% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$55,7 milhões, passando de um saldo de R\$246,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$301,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$45,0 milhões, passando de um saldo de R\$572,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	31,0	4,0%	33,8	5,3%	(8,2)%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80,5	10,3%	52,5	8,2%	53,4%
Obrigações sociais e salariais	69,5	8,9%	62,6	9,8%	11,1%
Obrigações tributárias	18,8	2,4%	17,5	2,7%	7,6%
Adiantamentos de clientes	16,9	2,2%	17,5	2,7%	(3,7)%
Parcelamento de impostos e contribuições	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Títulos a pagar	13,3	1,7%	11,1	1,7%	19,6%
Dividendos a pagar	0,6	0,1%	20,2	3,1%	-97,3%
Derivativos	-	n.a.	4,9	0,8%	n.a.
Outros passivos circulantes	1,0	0,1%	1,2	0,2%	(16,4)%
Total dos passivos circulantes	231,5	29,6%	221,5	34,5%	4,6%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	316,3	40,5%	223,3	34,8%	41,6%
Títulos a pagar	85,7	11,0%	61,1	9,5%	40,2%
Derivativos	-	n.a.	2,6	0,4%	n.a.
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	11,1%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,7	0,3%	3,0	0,5%	(10,2)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	44,5	5,7%	38,4	6,0%	15,9%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	97,9	12,5%	88,3	13,8%	10,8%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,3%	3,4	0,5%	(26,0)%
Total dos passivos não circulantes	549,6	70,4%	420,2	65,5%	30,8%
TOTAL DOS PASSIVOS	781,2	100,0%	641,7	100,0%	21,7%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$231,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 29,6% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$221,5 milhões, representando 34,5% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento de R\$ 28,0 milhões nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 52,5 milhões, e R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Redução da conta dividendos a pagar em R\$ 19,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 20,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 0,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$549,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 70,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$420,2 milhões e representava 65,5% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento da conta de empréstimos e financiamentos em R\$ 93,0 milhões

b) Aumento dos títulos a pagar em R\$ 24,6 milhões.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	496,4	34,3%	496,4	37,1%
Reserva de capital	5,9	0,4%	6,6	0,5%
Reserva de lucros	248,1	17,2%	277,2	20,7%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(4,8)%	(69,6)	(5,2)%
Ações em tesouraria	(15,6)	(1,1)%	(14,2)	(1,1)%
Lucros acumulados	-	n.a.	-	n.a.
	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimônio líquido	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>1.446,5</u>	100%	<u>1.338,2</u>	100,0%

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria.

b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das principais variações do fluxo de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019***(Em milhões de Reais)*

	30/09/2020	30/09/2019	Var. 30/09/2020 / 30/09/2019 (R\$)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7,6)	18,7	(26,3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55,8	30,9	24,9
Atualização (reversão) depósito judicial	0,8	(2,0)	2,8
Depreciação e amortização	65,4	48,3	17,1
Amortização direito de uso de arrendamentos	45,7	42,4	3,3
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	9,8	0,8	9,0
Baixa direito de uso de arrendamentos	(0,8)	0,7	(1,5)
Equivalência patrimonial	3,0	1,9	1,1
Provisão por impairment	61,6	-	61,6
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	22,6	20,9	1,7
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	8,6	0,8	7,8
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	14,4	8,2	6,2
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	55,9	49,3	6,6
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(5,8)	-	(5,8)
Receita com ajuste a valor presente financiamento Ampliar e Pravalor	0,4	(0,7)	1,1
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,1)	(2,4)	0,3
Remuneração baseada em ações	5,4	1,0	4,4
Valor justo com derivativos	8,7	1,5	7,2
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	3,0	3,7	(0,7)
Geração de Caixa Operacional Bruta	344,9	224,3	120,6
Redução (aumento) de contas a receber	(179,4)	(79,5)	(99,9)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	15,2	12,7	2,5
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(6,9)	(5,7)	(1,2)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(2,0)	3,6	(5,6)
Redução (aumento) de outros ativos	(9,2)	(8,1)	(1,1)
Redução (aumento) de fornecedores	2,3	(1,1)	3,4
Redução (aumento) de obrigações tributárias, sociais e salários	45,6	18,2	27,4
Redução (aumento) de adiantamento de clientes	0,8	13,1	(12,3)
Redução (aumento) de parcelamento de impostos e contribuições	(3,4)	(0,1)	(3,3)
Redução (aumento) de títulos a pagar	-	(1,3)	(1,3)
Redução (aumento) de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(2,5)	(5,9)	3,4
Redução (aumento) de outros passivos	(0,8)	(35,5)	(34,7)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(140,4)	(89,6)	(50,8)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Juros pagos	(27,9)	(15,9)	(12,0)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(0,3)	-	(0,3)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	176,3	118,8	57,5
Aumento de capital em controlada	(3,1)	-	(3,1)
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(140,5)	(45,1)	(95,4)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(83,3)	-	(83,3)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(25,0)	-	(25,0)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(554,3)	6,0	(560,3)
Investimento de imobilizado e intangível	(97,7)	(94,8)	(2,9)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(904,0)	(133,9)	(770,1)
Mútuos com partes relacionadas	(3,7)	-	(3,7)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26,2)	39,4	(65,6)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(69,1)	(16,9)	(52,2)
Pagamento de arrendamento	(69,5)	(78,4)	8,9
Ações em tesouraria	(100,5)	-	(100,5)
Aumento de capital	1.049,5	-	(1.049,5)
Dividendos Pagos	-	0,5	(0,5)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	780,5	(56,5)	837,0
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52,8	(71,6)	124,4

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 52,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$31,6 milhões, em 30 de setembro de 2020, tínhamos um saldo de R\$84,3 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 30 de setembro de 2020 somavam R\$705,4 milhões, totalizava R\$789,7 milhões em disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$57,5 milhões, passando de uma geração de R\$118,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para uma geração de caixa de R\$176,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente pelo aumento do contas a receber das aquisições e dos efeitos das renegociações no âmbito do Programa Decola.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$904,0 milhões o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e aumentaram R\$770,1 milhões em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as atividades de financiamento geraram R\$780,5 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$56,5 milhões no mesmo período de 2019, explicado principalmente pelo aumento de capital através da captação de recursos realizados em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2019	31/12/2018	Var. 2019 / 2018 (\$)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9,6)	2,3	(11,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47,4	46,3	1,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(2,6)	(0,6)	(2,0)
Depreciação e amortização	66,3	54,3	12,0
Amortização direito de uso de arrendamento	56,8	-	56,8
Baixa de valor de imobilizado e intangível	3,2	0,8	2,4
Baixa direito de uso de arrendamento	0,9	-	0,9
Equivalência patrimonial	2,5	2,5	0
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	29,5	23,1	6,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	3,2	5,9	(2,7)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,6	10,8	(0,2)
Despesas de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	66,5	-	66,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,9)	(2,2)	(0,7)
Remuneração baseada em ações	1,0	(0,7)	1,7
Valor justo com derivativos	1,9	3,2	(1,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalier	(1,5)	(2,5)	1,0
Imposto de Renda e Contribuição social correntes e diferidos	3,3	1,7	1,6
Geração de Caixa Operacional Bruta	276,5	145,1	131,4
Redução (aumento) de Contas a receber	(84,2)	30,9	(115,1)
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	2,1	5,5	(3, 4)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(9,1)	(3,6)	(5,5)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	5,0	3,4	1,6
Redução (aumento) de outros ativos	(2,9)	(2,4)	(0,5)
(Redução) aumento de fornecedores	(1,3)	(2,2)	0,9
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	5,5	14,9	(9,4)
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	0,1	(1,4)	1,5
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,2)	(0,8)	0,6
(Redução) aumento de títulos a pagar	(1,3)	3,2	(4,5)
Redução (aumento) de Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(7,2)	(6,3)	(0,9)
Redução (aumento) de Outros ativos/passivos	(4,4)	(1,1)	(3,3)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(98,0)	40,2	(138, 2)
Juros pagos	(18,4)	(19, 6)	1, 2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	160, 1	165,7	(5, 6)
Mútuos com partes relacionadas	0,0	(9,1)	9, 1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(44,6)	(12,7)	(31,9)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(120,2)	-	(120,2)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(29,4)	-	(29,4)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(65,1)	(3,9)	(61,2)
Compra de imobilizado e intangível	(115,8)	(113,8)	(2,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(375,0)	(139,7)	(235, 3)
Empréstimos e financiamentos	147, 4	92,1	55, 3
Ações em tesouraria	-	(32,3)	32,3

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos Pagos	(0,5)	(20,2)	19,7
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento)	146,9	39,6	107,3
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(68,0)	65,6	(133,6)

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$68,0 milhões. Começamos o ano de 2019 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$99,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um saldo de R\$31,6 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2019 somavam R\$151,0 milhões, totalizava R\$182,6 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$5,6 milhões, passando de uma geração de R\$165,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$160,1 milhões exercício findo em 31 de dezembro 2019. A variação se deve principalmente pelo aumento no contas a receber.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$375,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e aumentaram R\$235,3 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia e aumento dos Direitos em empréstimos em aquisição futura da Unisul.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2019, as atividades de financiamento geraram R\$146,9 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$39,6 milhões no mesmo período de 2018, explicado principalmente pela captação de recursos realizados em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017	Var. 2018 / 2017 (R\$)
Lucro líquido do exercício	2,3	85,2	(82,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46,3	46,2	0,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(0,6)	(2,1)	1,5
Depreciação e amortização	54,3	51,3	3,0
Baixa de valor de imobilizado e intangível	0,8	0,4	0,4
Equivalência patrimonial	2,5	0,4	2,1
Despesas com juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento de impostos	23,1	28,5	5,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	5,9	7,2	(1,3)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,8	8,3	2,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,2)	1,8	(0,4)
Remuneração baseada em ações	(0,7)	0,1	(0,8)
Valor justo com derivativos	3,2	11,6	(8,4)
Baixa de estoque e acervo líquido	0,0	1,2	(1,2)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalor	(2,5)	6,2	3,7
IR e CS correntes e diferidos	1,7	(36,8)	38,5
Geração de Caixa Operacional Bruta	145,1	193,5	(48,4)
Redução (aumento) de Contas a receber	30,9	(1,4)	32,3
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	5,5	7,7	(2,2)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(3,6)	(13,3)	9,7
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	3,4	0,6	(2,8)
Redução (aumento) de outros ativos	(2,4)	(3,3)	0,9
(Redução) aumento de fornecedores	(2,2)	10,1	(12,3)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	14,9	7,8	7,1
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	(1,4)	(1,6)	0,2
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,8)	0,7	1,5
(Redução) aumento de títulos a pagar	3,2	-	3,2
Redução (aumento) de Provisão para riscos	(6,3)	(13,7)	7,4
Redução (aumento) de Outros passivos	(1,1)	3,1	(4,2)
Variação nos ativos e passivos operacionais	40,2	(3,4)	43,6
Juros pagos	(19,6)	(32,8)	13,2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	165,7	157,3	8,4
Mútuos com partes relacionadas	(9,1)	(0,2)	(8,9)
Aumento de capital em controlada	0,0	(3,1)	3,1
Aquisição de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(12,7)	0,0	(12,7)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	(3,9)	59,9	(63,8)
Investimento de imobilizado e intangível	(113,8)	(73,1)	(40,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(139,7)	(16,5)	(123,2)
Empréstimos e financiamentos	92,1	(137,2)	229,3
Ações em tesouraria	(32,3)	(4,3)	(28,0)
Dividendos Pagos	(20,2)	(5,0)	(15,2)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	39,6	(146,4)	186,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65,6	(5,7)	71,3
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	33,9	39,6	(5,7)
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99,5	33,9	65,6

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$65,6 milhões. Começamos o ano de 2018 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$33,9 milhões, e terminamos o ano com um saldo de R\$99,5 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2018 somavam R\$85,9 milhões, totalizava R\$185,4 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$8,4 milhões, passando de uma geração de R\$157,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para uma geração de caixa de R\$165,7 milhões em 31 de dezembro 2018. A variação se deve principalmente pela variação dos ativos e passivos operacionais que passaram de um valor negativo de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor positivo de R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente pela diminuição do saldo de contas a receber (em função de antecipação de matrícula e renegociação de contratos).

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$139,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 e aumentaram R\$123,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras decorrente de captação realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento geraram R\$ 39,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 146,4 milhões de aplicações em 31 de dezembro de 2017. Esta variação está relacionada e obtenção de novos empréstimos em 2018

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, foram realizadas 2 aquisições, e passamos a consolidar os resultados da Faculdade Jangada e da CESUC a partir de agosto de 2018. No mesmo ano, adquirimos os direitos de manutenção da FACED (Faculdade Divinópolis), por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda. Em 2019, por sua vez, adquirimos os direitos de manutenção das instituições Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – Epp, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A; o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (UNISUL), após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato; bem como a aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda (AENA), mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, por meio de sua subsidiária integral VC Network Educação S.A. (VC), também após a aprovação pelo CADE, que ocorreu de forma definitiva em fevereiro de 2020. Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020. Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 21,4% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, explicado pelo aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 7,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, explicado pelo aumento médio das mensalidades ocorrido no início do ano, além do ganho com o melhor mix dos nossos cursos e expansão da base de alunos na graduação. Além disto vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2017, 2018 e 2019 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 que pudessem impactar materialmente nossos resultados. O resultado de 2017 e 2018 foi impactado pela abertura de novas unidades acadêmicas e pela revisão dos contratos de aluguel da USJT, unidades Mooca e Butantã, conforme acordado quando de sua aquisição.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$675,9 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalier, em parceria com a empresa de mesmo nome. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do Pravalier e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional. Reportamos nossos resultados financeiros segmentados em:

- **Ensino** – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- **Outros Negócios** – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO) com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC) com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Ânima Educação, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. (“INSEGNARE”) com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultará na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**C. Eventos ou operações não usuais.**

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)

		Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
- Custos e Despesas de Reestruturação	(a)	-20,7	-20,5	-29,8	-52,2	-24,4
- Ajuste de Contas a Receber FIES	(b)	-	-	-	1,2	3,0
- Baixa Perda de Estoques	(c)	-	-	-	-	-1,2
- Ajuste Provisão para Contingências	(d)	-2,8	-	-	-3,8	-
- Descontinuação do GIT	(e)	-	-1,6	-2,9	-8,0	-
- Programa de regularização tributária	(f)	-	-	-	-	-2,5
- Custo de aquisição AGES	(g)	-	-	-5,8	-	-
- Provisão para <i>Impairment</i> HSM	(h)	-61,6	-	-	-	-
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES		85,1	-22,1	-38,5	-62,6	-25,1

(a) Em 2017, apresentamos um valor de R\$24,4 milhões de despesas de reestruturação de natureza não recorrente, devido às rescisões de professores e funcionários administrativos decorrente do processo de reestruturação e da integração de novas unidades.

Em 2018, enquanto no primeiro semestre os gastos de rescisão de pessoal estavam relacionados à decisão de terceirizar as atividades de limpeza em nossos campi, no segundo semestre do ano os gastos de rescisão estão relacionados ao Projeto Censo e a reestruturação docente em algumas unidades. O Projeto Censo foi executado ao longo do 2S18 para eliminar as redundâncias existentes entre as estruturas corporativas e as unidades, em decorrência do processo de centralização e padronização previamente executados. As aquisições realizadas em julho de 2018, CESUC e Jangada, tiveram despesa de rescisão de pessoal no valor R\$0,4 milhão entre agosto de dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentamos valor de itens não recorrentes em patamares inferiores aos observados no mesmo período em 2018. Dentro dos esforços de gestão que temos promovido em busca de anhos adicionais de eficiência, o que implica, em um primeiro momento, em gastos não recorrentes com despesas de reestruturação, no terceiro trimestre de 2019 promovemos a unificação da gestão das nossas marcas na Regional Minas Gerais/Goiás, além da junção de 4 campi (Una Barro Preto, Una Uberlândia, Una Catalão e UniSociesc Jaraguá do Sul), com a redistribuição dos alunos nas mesmas cidades ou regiões.

Em 2020, apresentamos um valor de R\$17,6 milhões referente às reestruturações administrativas das nossas unidades, dos quais R\$6,2 milhões foram consumidos em ajustes decorrentes da reestruturação da nova matriz curricular; R\$5,9 milhões foram destinados aos custos decorrentes da união de 4 unidades e R\$5,5 milhões foi destinado à reorganização de estruturas administrativas. Além disso, consideramos R\$3,1 milhões referente às integrações de nossas unidades.

(b) Realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES de R\$7,8 milhões, em função do acordo firmado em fevereiro de 2016 com o Governo, prevendo que as mensalidades de FIES referentes à competência 2015 e ainda não pagas, sejam quitadas nos próximos 3 anos, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelece, ainda, que os saldos a receber sejam corrigidos pela inflação (IPCA). Desta forma, realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES refletindo o spread entre a taxa de juros base (SELIC) e a inflação (IPCA). Seguindo recomendação de nossos auditores externos, este ajuste impactou negativamente nossa receita operacional bruta de 2015. Em 2017 e 2018, excluímos o impacto positivo deste ajuste, que representou uma receita de R\$3,0 milhões e R\$1,2 milhão, respectivamente, também sem efeito em caixa.

(c) Em 2017, realizamos uma baixa no valor de R\$ 1,2 milhão no estoque da HSM referente a revistas de edições antigas que não seriam mais comercializadas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(d) Em 2017, o Governo Federal publicou duas medidas provisórias que possibilitaram a quitação antecipada de parcelamentos tributários utilizando créditos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou da base de cálculo negativa da CSLL. Através desse benefício liquidamos parcelamentos fiscais, gerando um ganho de R\$14,8 milhões em nosso resultado líquido. Este valor é composto pela constituição de uma provisão para riscos de R\$2,5 milhões (realizado no 2T17), acompanhada pela constituição de créditos fiscais diferidos no valor de R\$17,3 milhões.

(e) No início de 2018 decidimos simplificar as atividades desempenhadas pelo GIT, descontinuando os setores de ferramentaria e análise laboratorial, e transferir as atividades remanescentes, de consultoria e fundição, para o Instituto Ânima. Dessa forma, o GIT deixa de ser consolidado em nossos resultados e reduzimos suas respectivas estruturas de gestão. Os contratos ainda em vigor destas áreas, além dos gastos com demissão de funcionários, geraram uma receita de R\$8,1 milhões e um resultado operacional negativo de R\$8,0 milhões em 2018, e de R\$ 2,9 em 2019 que estamos excluindo de nossos resultados gerenciais.

(f) Em 2018 tivemos uma provisão para contingência no valor de R\$3,8 milhões relacionada a um processo judicial de um distrado de aquisição de imóvel junto a um terceiro, anterior a aquisição da UNA (2003).

(g) Em 2019 tivemos gastos em função da aquisição da controlada AGES.

(h) Em 2020, tendo em vista a elevada incerteza e baixa visibilidade sobre quais serão os impactos no setor de eventos de educação corporativa, em razão da pandemia do COVID-19, revisitamos as nossas projeções de resultados para a hsm e atualizamos o teste de impairment para essa unidade de negócios, com a revisão de cada uma de suas atividades, e ajuste das estimativas e premissas anteriores, adequando-as ao maior nível de risco atual. Como resultado do estudo atualizado, optamos por efetuar o registro de R\$61,6 milhões como perda por *impairment* que será considerada como uma despesa não recorrente no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, houve alteração de prática contábil relativa à amortização da propriedade de marcas, conforme previsto pelo CPC 23: *Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*. Esta alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, o critério que estabelece que a vida útil estimada para suas marcas é de 30 anos, sendo que a data de vencimento das marcas era antes considerada como indefinida.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2), aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a mudança da prática contábil relativa à amortização das marcas da Companhia, nos moldes do CPC 23, resultou em um impacto negativo no resultado do período de R\$ 3,3 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2) que foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento que apresente as características que estão ao alcance da norma.

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Os impactos trazidos pela adoção do IFRS-16 para 31 de dezembro de 2019 foram: a) aumento no endividamento de R\$ 555,3 milhões; b) aumento no imobilizado de R\$ 531,5 milhões; c) impacto negativo no resultado do período de R\$ 124,2 milhões, composto por baixa, amortização e despesa financeira.

Não houve efeitos por alteração de prática contábil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019 e do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("Práticas Contábeis adotadas no Brasil") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ou "IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas, e que requerem a realização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a sua aplicação, são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

- Provisão para perdas estimadas em crédito – a provisão para perdas estimadas é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação, e são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Sociedade avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultado que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas.
- Prazos e Taxa de arrendamentos – A Companhia utiliza taxa livre de risco em termos nominais de longo prazo e também o *spread* de quanto a Companhia pagaria em dívidas semelhantes na mesma região de onde o ativo está localizado e no mesmo prazo de utilização do ativo.
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos Intangíveis e Tangíveis –

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, no fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, nossos investimentos totalizaram R\$97,7 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nossos investimentos totalizaram R\$115,7 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2017, 2018 e 2019, bem como exercício corrente, não fizemos desinvestimentos relevantes e também não temos desinvestimentos previstos, dado o crescimento da nossa base de alunos e abertura de novas unidades acadêmicas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO), então com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC), então com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), então com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam, à época, com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes.

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Além dos fatores mencionados no item 10.8 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas informações financeiras

Para o período findo em 30 de setembro de 2020, a Sociedade e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19, sobre suas informações trimestrais e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- **Arrendamento financeiro:** Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 30 de setembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- **Risco de crédito (contas a receber de alunos):** Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- **Redução ao valor recuperável de ativos:** Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Sociedade optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment.

Informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas

A Companhia preparou balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidadas pro forma com as informações financeiras consolidadas não auditadas, considerando os efeitos da aquisição da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. e suas controladas (em conjunto, "Laureate"), bem como, de forma concomitante, a alienação da Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. ("FMU"), a alienação ou transferência de imóveis não operacionais e a obtenção de financiamento por meio de emissão das debêntures visando a obtenção dos recursos necessários à consecução da aquisição da Laureate, como se os mesmos tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato ("Transaction Agreement") para aquisição, através de sua controlada VC Network Educação S.A. ("VC Network"), da Laureate. O Transaction Agreement prevê um preço, no fechamento de R\$4.400.000, sendo R\$3.777.000 a serem pagos em dinheiro e R\$623.000 de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Sujeito à aprovação do CADE, a qual estava pendente na data deste Formulário de Referência, a Aquisição contempla, ainda, o pagamento de até R\$203 milhões adicionais ao Grupo Laureate a título de *earn-out* por vagas de medicina da UAM pendentes de aprovação perante o MEC nos 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do Transaction Agreement, a serem pagos no prazo de um ano a contar de cada autorização do MEC para as referidas vagas. Por fim, Aquisição contempla a assunção do pagamento da multa à Ser pelo Go-Shop, a ser pago pela Companhia, no valor de R\$180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.

Paralelamente à Aquisição, celebramos em 06 de outubro de 2020, contratos definitivos com a MAFF Holding LLC (“Farallon”) por meio da qual esta assumiu obrigação de adquirir junto a nós, ato simultâneo ao fechamento da Aquisição, a totalidade do capital social da FMU, mediante pagamento à vista, no montante de R\$500 milhões.

Reestruturação

1. Rescisão de acordos *intercompany*

O *Transaction Agreement* prevê a rescisão de quaisquer acordos *intercompany* (“*Termination of Intercompany Arrangements*”). Dessa forma, há previsão contratual para que: (i) todos os contratos *intercompany* e todas as transações e contas entre a Laureate Education, Inc. ou qualquer de suas afiliadas (exceto qualquer controlada direta ou indireta da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. (“Empresa do Grupo”), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, sejam encerrados antes do Fechamento; (ii) que todas as responsabilidades decorrentes de tais contratos *intercompany*, transações e contas a serem liquidadas ou satisfeitas antes do Fechamento, sem qualquer penalidade, responsabilidade adicional ou consequência adversa para qualquer uma das Empresas do Grupo de e após o Fechamento desde que quaisquer contratos *intercompany* relativos a dívidas entre a Laureate Education, Inc. e/ou qualquer uma de suas afiliadas (exceto qualquer Empresa do Grupo), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, que estejam pendentes imediatamente antes do fechamento seja liquidado por meio de capitalização no patrimônio líquido.

Dessa forma, tais acordos *intercompany* contemplam empréstimos a pagar a Iniciativas Culturales de Espana, S.L. (“ICE”) no montante de R\$2.234.198 mil em 30 de setembro de 2020 e Education Trademark B.V. (“Education Trademark”) no montante de R\$415.203 mil em 30 de setembro de 2020.

2. Alienação ou transferência de imóveis não operacionais

O *Transaction Agreement* prevê ainda que, no caso da Laureate Education, Inc., não vender ou de outra forma transferir antes do fechamento determinados imóveis não operacionais, então a VC Network e a Companhia deverão, às custas da Laureate Education, Inc. e de acordo com suas solicitações, envidar seus esforços comercialmente razoáveis para vender tais propriedades por meio de vendas organizadas ou leilões e pagar o produto de tais vendas (líquido de quaisquer impostos, comissões, custos e despesas pagas ou incorridos, em cada caso, em relação a isso) para a Laureate Education, Inc. como um ajuste à contraprestação em dinheiro. As disposições sobre retenções de impostos contidas no *Transaction Agreement* serão aplicadas *mutatis mutandis* ao imposto de renda sobre ganho de capital, se houver, que deverá ser retido sobre tal valor de ajuste.

Esses imóveis supracitados possuíam valor residual de R\$63.445 mil em 30 de setembro de 2020.

Financiamento à aquisição

Para a obtenção dos recursos necessários à consecução da transação acima, em 28 de outubro de 2020 a Companhia celebrou Carta de Compromisso (“*Commitment Letter*”) com determinadas instituições financeiras para atuarem como coordenadores de uma emissão de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 3.800.000 mil a serem emitidas em regime de garantia firme, de acordo com a Instrução CVM nº 476. O período de compromisso é de até doze meses a partir da data de sua assinatura, o qual será prorrogado de comum acordo, de forma que o compromisso de financiamento esteja disponível até a data de fechamento definida no *Transaction Agreement*.

OS QUADROS ABAIXO APRESENTAM UM SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA ELABORADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA ÂNIMA, E DEVEM SER LIDOS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA DA ÂNIMA EM SEU FORMADO COMPLETO, APRESENTADAS E DISPONIBILIZADAS EM NOSSO SITE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (RI.ANIMAEDUCACAO.COM.BR), BEM COMO NOS SITES DA CVM E DA B3.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)**

Em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
ATIVOS							
ATIVOS CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	84.332	209.244	477.875	-	(3.957.000)	3.724.000	538.451
Aplicações financeiras	705.427	-	-	-	-	-	705.427
Contas a receber	318.364	293.474	(63.835)	-	-	-	548.003
Contas a receber com partes relacionadas	-	5.082	(322)	-	-	-	4.760
Adiantamentos diversos	12.904	5.470	(625)	-	-	-	17.749
Impostos e contribuições a recuperar	4.815	50.814	(6.272)	-	-	-	49.357
Direitos a receber por aquisições	173.365	36.023	(35.140)	-	-	-	174.248
Outros ativos circulantes	10.193	17.188	(4.634)	-	-	-	22.747
Total do ativo circulante	1.309.400	617.295	367.047	-	(3.957.000)	3.724.000	2.060.742
ATIVOS NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber	35.056	2.275	-	-	-	-	37.331
Impostos e contribuições a recuperar	14.855	26.164	(25.194)	-	-	-	15.825
Créditos com partes relacionadas	10.571	1.460	23.367	-	-	-	35.398
Direitos a receber por aquisições	113.367	303.796	(259.850)	-	-	-	157.313
Depósitos judiciais	62.804	29.882	(1.188)	-	-	-	91.498
IR e CS diferidos.	1.514	164.235	(12.938)	-	-	-	152.811
Ativos mantidos para venda	-	2.365	-	-	-	-	2.365
Outros ativos não circulantes	4.996	15.655	(1.670)	-	-	-	18.981
Investimentos	49	-	-	-	-	-	49
Direito de uso de arrendamentos	604.232	-	-	-	-	-	604.232
Imobilizado	372.812	1.394.844	(293.921)	(63.445)	21.130	-	1.431.420
Intangível	1.172.947	1.374.436	(899.125)	-	3.137.687	-	4.785.945
Total dos ativos não circulantes	2.393.203	3.315.112	(1.470.519)	(63.445)	3.158.817	-	7.333.168
TOTAL DOS ATIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.183)	3.724.000	9.393.910

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
PASSIVOS							
PASSIVOS CIRCULANTES							
Fornecedores	43.080	112.409	(47.423)	-	-	-	108.066
Contas a pagar com partes relacionadas	-	241.539	-	(240.625)	-	-	914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.914	341.518	(52.471)	-	-	631.207	1.008.168
Arrendamento a pagar	35.724	125.316	(27.604)	-	-	-	133.436
Obrigações sociais e salariais	142.704	163.811	(22.952)	-	-	-	283.563
Obrigações tributárias	27.629	26.155	(1.763)	-	-	-	52.021
Adiantamentos de clientes	28.096	93.527	(16.056)	-	-	-	105.567
Títulos a pagar	64.622	43.327	-	-	-	-	107.949
Parcelamento de impostos e contribuições	6.414	10.394	(10.394)	-	-	-	6.414
Derivativos	127	-	-	-	-	-	127
Outros passivos circulantes	6.361	25.150	(8.639)	-	-	-	22.872
Total dos passivos circulantes	442.671	1.183.146	(187.302)	(240.625)	-	631.207	1.829.097
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587.995	223.325	-	-	-	3.769.500	4.580.820
Arrendamentos a pagar	617.652	684.552	(192.268)	-	-	-	1.109.936
Adiantamentos de clientes	7.775	-	-	-	-	-	7.775
Débitos com partes relacionadas	84	2.408.776	-	(2.408.776)	-	-	84
Derivativos	890	-	-	-	-	-	890
Títulos a pagar	169.153	536	-	-	101.500	-	271.189
Parcelamento de impostos e contribuições	30.721	33.257	(33.257)	-	-	-	30.721
IR e CS diferidos	74.117	90.116	(99.856)	-	338.602	-	402.979
Provisão para perdas em investimento	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104.538	289.536	(169.734)	-	465.914	-	690.254
Outros passivos não circulantes	2.180	24.239	-	-	-	-	26.419
Total dos passivos não circulantes	1.597.397	3.754.337	(495.115)	(2.408.776)	906.016	3.769.500	7.123.359
TOTAL DOS PASSIVOS	2.040.068	4.937.483	(682.417)	(2.649.401)	906.016	4.400.707	8.952.456
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)							
Capital social integralizado	1.651.625	1.673.076	-	1.801.051	(3.474.127)	-	1.651.625
Gastos com emissão de ações	(79.382)	-	-	-	-	-	(79.382)
Ágio em transação de capital	(69.566)	(359.702)	-	-	359.702	-	(69.566)
Reserva de capital	34.844	-	-	-	-	-	34.844
Reservas de lucros	165.515	-	-	-	-	-	165.515
Ações em tesouraria	(38.206)	-	-	-	-	-	(38.206)
Prejuízos acumulados	(8.004)	(2.318.450)	(421.055)	784.905	1.410.225	(676.707)	(1.229.086)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.656.826	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	435.744
Participação dos acionistas não controladores	5.709	-	-	-	-	-	5.709
	1.662.535	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	441.453
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E PASSIVOS							
	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.184)	3.724.000	9.393.909

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)**

Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.046.063	1.487.114	(276.212)	-	-	-	2.256.965
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497.134)	(504.907)	106.654	-	-	-	(895.387)
LUCRO BRUTO	548.929	982.207	(169.558)	-	-	-	1.361.578
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(352.324)	(824.054)	142.527	-	(83.140)	-	(1.116.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.039)	-	-	-	-	-	(3.039)
Outras (despesas) receitas operacionais	(89.606)	(187.432)	176.439	-	-	-	(100.599)
	(444.969)	(1.011.486)	318.966	-	(83.140)	-	(1.220.629)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	103.960	(29.279)	149.408	-	(83.140)	-	140.949
Resultado financeiro	(108.558)	(892.131)	55.325	687.612	-	(251.389)	(509.141)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(4.598)	(921.410)	204.733	687.612	(83.140)	(251.389)	(368.192)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(2.954)	49.086	(29.519)	-	28.268	-	44.881
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(7.552)	(872.324)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(323.312)
Operações descontinuadas	-	21.375	-	-	-	-	21.375
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.552)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(301.937)
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(8.004)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(302.389)
Participação de não controladores	452	-	-	-	-	-	452
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,08)						(2,93)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,08)						(2,91)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.181.499	2.181.510	(443.710)	-	-	-	2.919.299
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671.584)	(819.560)	177.777	-	-	-	(1.313.367)
LUCRO BRUTO	509.915	1.361.950	(265.933)	-	-	-	1.605.932
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(391.881)	(1.189.446)	236.650	-	(103.708)	-	(1.448.385)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.463)	-	-	-	-	-	(2.463)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.399	4.063	1.310	-	-	-	9.772
	(389.945)	(1.185.383)	237.960	-	(103.708)	-	(1.441.076)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119.970	176.567	(27.973)	-	(103.708)	-	164.856
Resultado financeiro	(126.292)	(373.912)	46.959	160.738	-	(425.318)	(717.825)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(6.322)	(197.345)	18.986	160.738	(103.708)	(425.318)	(552.969)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(3.271)	55.155	(5.925)	-	35.261	-	81.220
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(9.593)	(142.190)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(471.749)
Operações descontinuadas	-	49.867	-	-	-	-	49.867
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,12)						(5,41)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,12)						(5,36)